

## Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso Secretaria de Serviços Legislativos

## LEI Nº 13.051, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025 - D.O. 19.09.2025 - ED. EXTRA.

Autor: Deputado Sebastião Rezende

Dispõe sobre a divulgação de banners digitais de crianças, adolescentes e idosos desaparecidos em telões e congêneres antes de jogos de futebol, eventos esportivos oficiais e shows, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica obrigada a divulgação de banners digitais de crianças, adolescentes e idosos desaparecidos no âmbito do Estado de Mato Grosso, nos telões e congêneres:
  - I- os estádios de futebol situados no âmbito do Estado de Mato Grosso, antes dos respectivos jogos;
- II- shows e eventos culturais realizados em espaços públicos do Estado de Mato Grosso, antes do início dos respectivos eventos;
- III- ginásios e equipamentos públicos em que houver eventos esportivos oficiais, antes dos respectivos eventos.

**Parágrafo único** Caso o evento não disponibilize telões para a divulgação de que trata esta Lei, esta obrigação poderá ser substituída pela veiculação de cartazes nas principais entradas dos eventos, a ser obtido mediante a celebração de convênio com a autoridade estadual responsável pela gestão da política pública de combate ao desaparecimento de pessoas.

- **Art. 2º** A organização do evento buscará junto ao órgão da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso responsável pela busca de pessoas desaparecidas os banners a serem divulgados.
- **Art. 3º** No banner de divulgação de desaparecimento de crianças, adolescentes e idosos deverá ser veiculado o número para fornecer informações sobre o desaparecido e a menção ao número desta Lei
  - Art. 4º A não observância ao previsto nesta Lei ensejará ao infrator a aplicação das seguintes penalidades:
    - I- advertência, quando da primeira autuação da infração;
    - II- multa, a partir da segunda autuação;
    - III- proibição de realizar eventos por trinta dias.

Parágrafo único A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre cem e quinhentas Unidades Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso - UPF/MT, tendo seu valor duplicado na hipótese de reincidência.

- **Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará no que couber esta Lei, estabelecendo as demais diretrizes, critérios e formas de efetiva aplicação da presente Lei, a fim de garantir o seu integral cumprimento.
  - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso Secretaria de Serviços Legislativos

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 19 de setembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

## **MAURO MENDES**

Governador do Estado

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.